



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

## **ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL N. 0039831-63.2009.815.2001**

**ORIGEM: 5ª Vara Cível da Comarca da Capital**

**RELATOR: Juiz Ricardo Vital de Almeida, convocado para substituir a Desª Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira**

**APELANTE: Marcela Aragão de Carvalho Costa**

**ADVOGADA: Em causa própria (OAB/PB 13.549)**

**APELADO: Sky Brasil Serviços Ltda.**

**ADVOGADO: Alessandra Francisco (OAB/PB 179.209-A)**

**APELAÇÃO CÍVEL.** AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. 1) PRETENSÃO DE EXECUÇÃO DE MULTA DIÁRIA, CUJO VALOR FOI MAJORADO POR SEGUNDA DECISÃO JUDICIAL. PARTE ADVERSA QUE NÃO FOI INTIMADA DESSE AUMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 410/STJ. 2) VALORES CONSIGNADOS RELATIVOS A PERÍODO EM QUE NÃO HOUE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PEDIDO DE LIBERAÇÃO EM FAVOR DA PARTE AUTORA. PLEITO ACATADO, PARA EVITAR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA APELADA. 3) RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

**1.** Deve a parte adversa ser pessoalmente intimada da decisão judicial que fixa a multa diária, bem como da que lhe altera o valor ou o prazo, sob pena de não ser possível executá-la. Precedente: STJ, Rcl 21155/MG, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJ 04/11/2014.

**2.** Devem ser liberados, em favor da parte consignante, valores referentes ao período em que não houve prestação de serviço pela consignada, isso para evitar enriquecimento ilícito desta.

**3.** Recurso parcialmente provido.

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos.

**ACORDA** a Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, **à unanimidade, dar provimento parcial ao recurso.**

MARCELA ARAGÃO DE CARVALHO COSTA interpôs apelação cível contra SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA., visando à reforma da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca da Capital, assim ementada:

**CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CONCESSÃO DE LIMINAR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESCISÃO CONTRATUAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS.** Gratuidade judiciária. Contrato de Assinatura de televisão Via Satélite. Relação de consumo. Contrato de Adesão. Pedido de Cancelamento da Avença. Cobrança de Valores indevidos. Citação. Contestação tempestiva. Preliminar de Impugnação à concessão da gratuidade judiciária. Rejeição. Réplica. Extinção da multa. Rescisão contratual que se faz devida. Danos morais caracterizados. Repetição do indébito. Questão eminentemente de direito. Julgamento antecipado da lide. Acolhimento parcial do pedido. Inteligência do art. 269, I do CPC c/c art. 42, parágrafo único do CDC, arts. 186 e Art. 944, ambos do Código Civil, inciso X do Art. 5º da Carta Política Nacional e jurisprudência pátria. Extinção do feito com resolução mérito.

O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Constitui ônus da prova do autor demonstrar o dano supostamente arcado, de modo a propiciar a análise de seu conteúdo danoso. (sic, f. 297).

A recorrente aduziu que, às f. 70/71, em 12/11/2009, obteve liminar, que a autorizava a consignar em juízo os valores referentes às mensalidades da TV por assinatura, impedindo, por conseguinte, a parte adversa de interromper o sinal e inserir o nome da consumidora nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

A despeito da concessão da tutela de urgência, a SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. procedeu à suspensão do serviço, o que ensejou a execução da multa diária, no valor de R\$ 3.000,00 (f. 155/156), bem como a solicitação de majoração das *astreintes*, o que foi atendido pelo juízo *a quo* (f. 89), que, em 09/02/2010, aumentou-as para R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, “caso a suplicada não atenda e cumpra na forma [...] determinada”.

Em relação à execução da primeira multa diária (R\$ 3.000,00), o pagamento já foi realizado, tendo o juízo já determinado a expedição do

respectivo alvará (f. 295).

A gênese do problema recursal surgiu porque a recorrida, SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA., desprezando decisão do juízo *a quo*, em 15/01/2012, suspendeu unilateralmente o sinal das televisões da recorrente e, em 04/06/2012, procedeu à retirada dos aparelhos da sua residência.

A apelante, então, pleiteou a reforma da sentença, para que fique assegurado seu direito à execução da multa diária de R\$ 1.000,00, referente ao descumprimento da liminar de f. 89, no período de 15/01/2012 a 04/06/2012.

Requeru, ainda, a liberação, em seu favor, dos valores que se encontram consignados em juízo, referentes aos meses de janeiro/2012 a junho/2012, já que não houve prestação de serviço por parte da recorrida.

Sem contrarrazões (f. 340v).

Parecer ministerial sem manifestação meritória (f. 346).

É o relatório.

**VOTO: Juiz Convocado RICARDO VITAL DE ALMEIDA**  
**Relator**

**- DA EXECUÇÃO DAS ASTREINTES:**

Como já dito no relatório, deseja a recorrente a reforma da sentença, para que seja assegurado seu direito de executar as astreintes, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia, referentes ao descumprimento da liminar, relativa ao período de 15/01/2012 a 04/06/2012.

Observo, contudo, que, da decisão de f. 89, que aumentou a multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) para R\$1.000,00 (mil reais), a parte recorrida **não foi intimada pessoalmente**, o que impede a execução pretendida.

É nesse sentido a Súmula 410/STJ, cuja redação estabelece que “a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer”.

É mister registrar que a jurisprudência, inclusive no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, tem se posicionado no sentido de que é necessário nova intimação pessoal em caso de alteração de valor ou prazo da multa diária, como atestam os seguintes precedentes:

SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DO CONSUMIDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DO NOME, NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA. VALOR AUMENTADO UMA PRIMEIRA VEZ ANTES DA SENTENÇA. INTIMAÇÃO PESSOAL DA RÉ TANTO DA DECISÃO QUE IMPÕS A MULTA, QUANTO DAQUELA QUE A MAJOROU. SENTENÇA SUPERVENIENTE QUE, ALÉM DE JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO INDENIZATÓRIO, TORNA DEFINITIVA A ANTECIPAÇÃO, COM SUBSTANCIAL INCREMENTO DO VALOR DA MULTA, EM RAZÃO DE ESTAR CONFIGURADO O REITERADO DESCUMPRIMENTO DA ORDEM DE CANCELAMENTO. **AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA RÉ QUANTO A ESSE SEGUNDO AUMENTO DA MULTA DIÁRIA. REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DO TOTAL DAS ASTREINTES, EM RAZÃO DE CONFIGURADA A DIVERGÊNCIA COM O ENTENDIMENTO DA SÚMULA Nº 410/STJ.** MULTA POR ATO ATENTATÓRIO AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL NÃO ESTARIA AJUSTADO À ORIENTAÇÃO DO STJ. INDICAÇÃO DE VÁRIOS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS, SEM QUE NENHUM DELES TENHA SIDO JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DA RECLAMAÇÃO DESATENDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DA SANÇÃO. NECESSIDADE, CONTUDO, DE AJUSTE DO VALOR DA MULTA, CONSOANTE CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. Reclamação procedente em parte. (STJ - Rcl: 21155 MG 2014/0254218-3, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Publicação: DJ 04/11/2014).

Agravo de instrumento. Decisão que determinou a intimação das rés, pelo Diário Oficial, para cumprir a decisão antecipatória dos efeitos da tutela, nos termos do acórdão modificativo prolatado por este órgão julgador, majorando o valor da multa diária para R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais). Entendimento que se distancia da jurisprudência sedimentada pela Corte Nacional, sendo indispensável a ciência pessoal da parte quanto ao conteúdo da obrigação de fazer ou não fazer, especialmente se passível de astreintes. **Necessidade de nova intimação pessoal que, porém, restringe-se à majoração do valor fixado a título de multa diária.** Demais condições de cunho obrigacional que já eram conhecidos das rés, por força do disposto no artigo 238, parágrafo único do CPC. Matéria que ostenta cunho exclusivamente de direito, permitindo a aplicação do artigo 557 do CPC, diante dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Apelo parcialmente provido. (TJ-RJ - AI: 00068248220148190000 RJ 0006824-82.2014.8.19.0000, Relator: Des. CELSO LUIZ DE MATOS PERES, Data de Julgamento: 24/02/2014, DÉCIMA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/04/2014 13:20).

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. ENTREGA

DE COISA E OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO DE JATO DE GRANALHA COM TURBINAS E COM PASSAGEM CONTÍNUA DE PEÇAS. PEDIDO LIMINAR DEFERIDO. DESCUMPRIMENTO PELA PARTE RÉ. REVELIA. PRETENSÃO DE AMPLIAÇÃO DO VALOR DA MULTA COERCITIVA (ASTREINTES). O descumprimento puro e simples da primeira ordem judicial é indicativo da necessidade de majoração do valor das astreintes para fins de reforçar a coercitividade do comando emanado do juízo. No entanto, a majoração do valor deve ser prudente e atentar a critérios mínimos de razoabilidade, porque não se pode tornar desmedido e injusto. Como a parte ré é revel e, via de consequência, não aportaram aos autos novos elementos que indicassem excepcional situação econômico-financeira, entendo razoável majorar o valor da multa diária para R\$ 1.000,00 (um mil reais), e não mais do que isso, globalmente limitada a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **Em atenção ao que dispõe a Súmula n.º 410 do Superior Tribunal de Justiça ("a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer"), a renovação do comando judicial deverá ser precedida de intimação pessoal da ora agravada.** RECURSO PROVIDO. (Agravado de Instrumento n. 70065587065, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: CATARINA RITA KRIEGER MARTINS, Julgado em 26/08/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA "ASTREINTES" - **MULTA DIÁRIA** FIXADA EM R\$ 200,00 E LIMITADA À QUANTIA DE R\$ 20.000,00 - **MAJORAÇÃO** PARA R\$ 500,00 E SEM LIMITAÇÃO DO CORRESPONDENTE VALOR, PARA CONFERIR EFETIVIDADE AO COMANDO JUDICIAL - **NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR E DO DECURSO DO RESPECTIVO PRAZO INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 410 DO STJ** - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-SP - AI: 02589596320128260000 SP 0258959-63.2012.8.26.0000, Relator: THEODURETO CAMARGO, Data de Julgamento: 15/05/2013, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2013).

Inexistindo, portanto, intimação da recorrida acerca da segunda decisão judicial, que majorou o valor da segunda multa diária, é incabível sua execução.

- DA LIBERAÇÃO DOS VALORES:

É fato incontroverso nos autos que a SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. desprezou a liminar deferida pelo juízo *a quo* e, em 15 de janeiro de 2012, procedeu à suspensão da TV por assinatura da recorrente, tendo determinado a retirada dos aparelhos de sua residência em junho/2012, tal como noticiado no

processo (f. 166 e 225).

Na petição de f. 225, datada de 06/junho/2012, a recorrente requereu ao magistrado que fossem tomadas as medidas cabíveis, pois “vem depositando mensalmente em juízo o valor das faturas e a SKY se recusa a cumprir a liminar, agindo com total desrespeito”.

Nesse viés hermenêutico, entendo que merece acolhimento o recurso apelatório quanto a esse ponto, já que, inexistindo serviço prestado, não há que se falar em seu respectivo pagamento, sob pena de enriquecimento ilícito da SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA.

Cito precedentes lançados em casos análogos:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM ANTECIPAÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA TUTELA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CONTRATO DE TELEFONIA MÓVEL - PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - INEXISTENTE - AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO DOS APARELHOS - EMISSÃO DAS FATURAS PELO SERVIÇO - NÃO PAGAMENTO - INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - INDEVIDA - COBRANÇA POR SERVIÇO NÃO PRESTADO - RESCISÃO DO CONTRATO - DANO MORAL - OCORRÊNCIA - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. Deve ser rescindido o contrato formulado entre as partes, haja vista que ambas já manifestaram desinteresse na continuidade da relação contratual. **2. Uma vez que o serviço contratado não foi prestado, e a cobrança por este, pelas diversas faturas encaminhadas a apelante, não se mostra devida, sob pena de, em entendimento contrário, estar se albergado o enriquecimento ilícito por parte da apelada.** 3. Inscrito indevidamente o nome da apelante no cadastro de restrição ao crédito, cabível a condenação da apelada ao pagamento de danos morais a aquela (TJ-PR - AC: 6506398 PR 0650639-8, Relator: COSTA BARROS, Data de Julgamento: 12/05/2010, 12ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 412).

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NO SERVIÇO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. DEVER DE INDENIZAR QUE SE VERIFICA ANTE A EXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE MERECE SER MANTIDO. 1. Tendo em vista a violação da fornecedora do serviço ao dever de informação e a configuração da falha na sua execução, impõe-se o dever de indenizar, forte do artigo 14 do CDC. **2. O pagamento por serviço não prestado merece ser integralmente ressarcido, sob pena de enriquecimento ilícito, o que é vedado no ordenamento jurídico.** 3. Danos morais que se constatarem pelo simples bloqueio de serviço essencial de comunicação por meio da mera presunção da inadimplência. Recurso Improvido. (TJ-RS - Recurso Cível: 71000741777 RS, Relator: RICARDO TORRES HERMANN, Data de Julgamento: 27/10/2005,

Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 12/12/2005).

Enfim, devem ser liberados, em favor da parte consignante, valores referentes a período em que não houve prestação de serviço pela consignada, isso para evitar enriquecimento ilícito desta.

- PARTE DISPOSITIVA:

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao recurso**, para, modificando a sentença, determinar, em favor da recorrente, a liberação dos valores consignados, referentes aos meses de **janeiro/2012 a junho/2012**.

É como voto.

Presidiu a Sessão o Excelentíssimo Desembargador **OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO**, que participou do julgamento com **ESTE RELATOR** (Juiz de Direito Convocado, com jurisdição plena, em substituição à Excelentíssima Desembargadora MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA) e com o Excelentíssimo Doutor **MIGUEL DE BRITTO LYRA FILHO** (Juiz de Direito Convocado, com jurisdição plena, em substituição ao Excelentíssimo Desembargador ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS).

Presente à Sessão o Excelentíssimo Doutor **FRANCISCO ANTÔNIO DE SARMENTO VIEIRA**, Promotor de Justiça Convocado.

Sala de Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa/PB, 09 de maio de 2017.

**Juiz Convocado RICARDO VITAL DE ALMEIDA**  
**Relator**